

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO, E A MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO – PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA DE CAPIVARI DE BAIXO, VISANDO A REALIZAÇÃO DO EVENTO TRADICIONAL DE FESTA DE SÃO JOÃO NO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE Capivari de Baixo-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Ernani Cotrin, 187, Capivari de Baixo, SC, inscrita no CNPJ sob nº. 95.780.441/0001-60, doravante denominada simplesmente ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente Corrêa Costa, inscrito no CPF nº 048.165.469-01, e a **Mitra Diocesana – Paróquia São João Batista**, entidade inscrita no CNPJ sob nº 86.447.240/0005-88, sediada na Rua Padre Hilário Puzinski, nº 91, Capivari de Baixo - SC, doravante denominada PARCEIRA, neste ato representada pelo seu Pároco provisionado Sr. Pe. José Eduardo Bittencourt, inscrito no CPF nº 597.482.229-34, resolvem com base na Lei nº 13.019, de 2014, e suas alterações advindas da Lei nº 13.204, de 2015, e Decreto Municipal 1.478/2022, celebrar o presente Termo de Parceria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear as despesas do evento tradicional que se apresenta como a “62ª Festa de São João” que tem como objetivo resgatar o movimento cultural, artístico, religioso e turístico da comunidade Capivariense, realizando assim as festividades alusivas ao mês de junho com a celebração do dia do padroeiro da cidade, valorizando artistas e a gastronomia locais, conforme Plano de Trabalho em anexo, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARCEIRA

2 São compromissos da PARCEIRA, especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo:

2.1 Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta

execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, e no Decreto Municipal 1.478/2022.

2.2 Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de fomento;

2.3 Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

2.4 Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;

2.5 Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e artigo 47 do Decreto Municipal 1.478/2022;

2.6 Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica e atrativa das apresentações e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

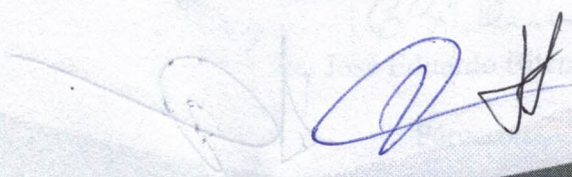
2.7 Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

2.8 Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

2.9 Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

2.10 Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pelo Decreto Municipal 1.478/2022, mantendo-o atualizado;

2.11 Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, apresentações e fluidez do evento objeto do presente Termo;





2.12 Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

2.13 Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Parceria;

2.14 Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução das atividades do respectivo objeto;

2.15 Garantir que o referido objeto atenda as leis específicas quando a realização de eventos, principalmente no caso de manutenção e limpeza dos estabelecimentos envolvendo a gastronomia, segurança e condições sanitárias.

2.16 Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

2.17 Prestar contas a Administração Pública Municipal, ao término do objeto deste Termo de Fomento e no encerramento da vigência deste, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e artigo 47 do Decreto Municipal 1.478/2022.

2.18 Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

2.20 Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Parceria e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação do projeto custeado, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento.

2.21 Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público, após a execução do objeto, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;



Capivari
de Baixo
Juntos construindo o futuro

Av. Ernani Cotrin, 187, Centro
88745-000 - Capivari de Baixo - SC

@prefeituracapivaridebaixo.oficial

@prefeituradecapivaridebaixo

48 3623-4400

2.22 Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

2.23 Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;

2.24 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

2.25 Garantir a manutenção da capacidade técnica, artística, cultural e operacional necessária ao bom desempenho das atividades no evento; e

2.26 Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

3 São compromissos do Município:

3.1 Transferir os recursos à PARCEIRA, um valor único equivalente a R\$ 30.780,00 (trinta mil, setecentos e oitenta reais) descrito na tabela do plano de trabalho em anexo e julgado procedente conforme processo de inexigibilidade 001/2022;

3.2 Dar ciência ao órgão técnico que receberá os Relatórios de execução do objeto pela PARCEIRA nos termos do Decreto Municipal 1.478/2022 e Lei Federal 13.019/2014 e suas respectivas alterações, com a finalidade de elaborar o relatório de Monitoramento e Avaliação nos termos do artigo 59 da Lei federal e decreto Municipal, respectivos e comunicar formalmente à PARCEIRA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.3 Dar ciência à Comissão de Monitoramento e Avaliação devidamente instituída e nomeada, acerca do respectivo Termo de Fomento a fins de acompanhamento e fiscalização nos termos do decreto Municipal 1.478/2022, incluindo as seguintes competências:

3.3.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PARCEIRA sob os Relatórios emitidos pelo órgão técnico da Administração Pública Municipal;

3.3.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PARCEIRA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.4 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, incluindo:

3.4.1 Emissão de parecer conclusivo de apreciação da prestação de contas da PARCEIRA observados o decreto Municipal 1.478/2022 e Lei federal 13.019/2022.

3.5 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal e no sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará à PARCEIRA, um valor único equivalente a R\$ 30.780.00 (trinta mil e setecentos e oitenta reais) descrito na tabela do plano de trabalho em anexo;

4.2 A PARCEIRA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao **Banco SICOOB 756, agência 3074 e Conta 89.306-4.**

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

5.1 O acompanhamento, a avaliação e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela PARCEIRA nos termos da Clausula terceira deste Termo;

5.2 O gestor de parceira, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, poderá solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 30 dias a partir de sua publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO



7 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

7.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Parceria, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

7.2 Os recursos a serem restituídos na forma do *item 7.1* incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

7.3 A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

7.4 Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA OITAVA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8 A PARCEIRA deverá apresentar a prestação de contas, conforme previsto na cláusula segunda;

8.1 A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os documentos mencionados no artigo 47 do Decreto Municipal 1.478/2022;

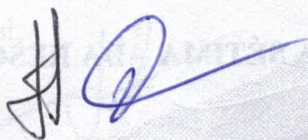
8.2 A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer conclusivo pelo gestor de parceria que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - o relatório de execução do objeto emitido pela Parceira;

II - o relatório de execução financeira emitido pela Parceira;

III - relatório de visita técnica *in loco*, quando houver emitido pela Comissão;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo órgão técnico da administração pública municipal.



8.3 Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

8.4 A PARCEIRA deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de finalização de execução do objeto da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal, conforme Decreto 1.478/2022.

8.5 O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final emitido pelo gestor de parcerias embasará a decisão da autoridade competente, administrador público, e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.6 A decisão sobre a prestação de contas final, nos termos do artigo 72 da Lei 13.019/2014, caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, assim representado neste Termo de Fomento, vedado a subdelegação.

8.7 A PARCEIRA será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

8.8 Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a PARCEIRA as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a PARCEIRA para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

8.9 O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

8.10 No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

8.11 O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período uma única vez.

8.12 O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC PARCEIRA participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9 O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PARCEIRA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10 As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária do exercício de 2022, seguinte:

Órgão:	03 - Sec. Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	
Unidade:	03 - Departamento de Cultura e Turismo	
Atividade:	2.016 - Manutenção das Atividades de Cultura e Turismo	
Despesa:	(166) 3.3.90.00.00.00.00.5100	R\$ 35.000,00

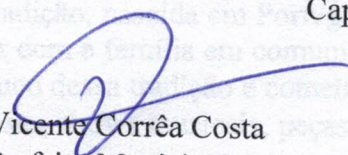
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

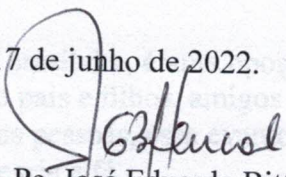
11 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal 1.478/2022.

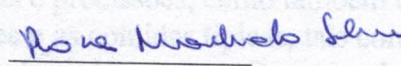
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

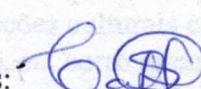
12 Os partícipes elegem o Foro da comarca de Capivari de Baixo- SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo. E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Capivari de Baixo, SC., 17 de junho de 2022.


Vicente Corrêa Costa
Prefeito Municipal


Pe. José Eduardo Bittencourt
Pároco provisionado

Testemunhas: 
Nome: Rose Márcio Lima
CPF: 415.661.578-00

Testemunhas: 
Nome: Camila Pedro Guimarães
CPF: 037.396.089-04

PLANO DE TRABALHO DA 62ª FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO - PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA

1.-IDENTIFICAÇÃO:

1.1 - Nome do Projeto – 62ª FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA

Instituição Proponente – MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO - PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA

CNPJ – 86447240/0005-88

Endereço – RUA PADRE HILÁRIO PUZISKI, 91

Telefone – (48) 99150-2406

1.2 - Responsável pela Instituição Proponente e Responsável pelo Projeto

Nome – PADRE JOSÉ EDUARDO BITENCOURT

Endereço – RUA PADRE HILÁRIO PUZISKI, 91

Telefone – (48) 99929-1377

Email – peeduardobt@hotmail.com

02 - SÍNTESE DO PROJETO

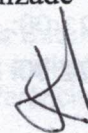
Após dois anos de pandemia, de isolamento social, de doenças e de perdas lastimáveis, estamos prestes a Celebrar a 62ª Festa de São João. É um grande convite a toda comunidade capivariense e visitantes para esses Quatro dias de festa, de alegria sadia, de convívio seguro e saudável e um anúncio da fé em comunidade. É a festa da família.

Ainda que celebremos o Padroeiro do nosso município São João Batista, a festa é marcada pela integração da comunidade – todos, independentes dos seus credos, vêm participar com alegria deste evento que nos congrega e nos anima.

Essa tradição, nascida em Portugal e adaptada à cultura brasileira, é uma oportunidade incrível para festejar com a família em comunidade. Afinal, é quando pais e filhos, amigos e vizinhos podem aproveitar um pouco dessa tradição e comemorarem, junto às outras pessoas, esse evento cheio de comidas deliciosas, shows musicais, peças folclóricas e muita alegria e fé.

Cada região do Brasil festeja a mesma festa com diferentes tonalidades. Aqui em Capivari de Baixo não pode faltar as missas e procissões, como também os shows, apresentações culturais como Boi de Mamão e Casamento de Jeca e as comidas típicas, tais como: pinhão, quentão, cachorro quente, maça do amor, espetinho, caldinho de aipim, galetto. Como também as tradicionais barraquinhas de binguinho, roleta e pescaria.

Os fogos de artifício (só com luzes) e a fogueira de São João são um momento forte para o encerramento da Festa. Conta à antiga tradição que Santa Isabel e São Zacarias fizeram uma grande fogueira nas Montanhas de Ain Katen – Jerusalém para anunciar aos vizinhos o nascimento de seu filho João Batista. Ambos eram idosos e a gravidez de Isabel foi causa de alegria e espanto para toda a cidade de Jerusalem. E hoje, ao acendermos a fogueira queremos também anunciar a alegria, a paz, amizade e a fé tão necessárias em nossos dias.



03 - JUSTIFICATIVA

Diante da magnitude deste evento que congrega em Quatro dias milhares de pessoas na ótica do Turismo Religioso e de Eventos, justifica-se o apoio institucional da Prefeitura Municipal frente aos gastos quanto às estruturas do evento. Toda estrutura, apresentações artísticas e culturais são gratuitas e de fácil acesso a toda a comunidade, sem nenhum custo financeiro às pessoas e sem nenhuma censura em relação às apresentações no que tange ao seu conteúdo. Assim, da criança ao idoso, todos são muito bem vindos.

04 - OBJETIVOS GERAL

Oferecer a comunidade capivariense e visitantes um grande evento religioso, artístico, cultural e gastronômico para celebrar a vida, a alegria e as tradições do povo capivariense e da região, lembrando sempre que é feriado municipal e o dia do padroeiro da nossa cidade.

05 – PROGRAMAÇÃO DA 62ª FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA 23 a 26 de Junho de 2022

- **23/06 - Quinta:**
 - 19:30: Missa de Abertura da Festa de São João Batista e Solenidade do Sagrado Coração de Jesus (9ª Novena da Festa e das Mãos Ensanguentadas) presidida pelo Pe. Paulo Rodrigues
 - 21:00: Apresentador Oficial da Festa de 2022: Ramon Silveira (Rádio Tubá)
 - 21:30: Show Musical com Henrique Pereira
- **24/06 - Sexta:**
 - 09:00: Passeio Ciclístico
 - 15:00: Tarde de Lazer com as Crianças
 - 19:30: Santa Missa Solene da natividade de São João Batista presidida pelo Pe. Sérgio Jeremias de Souza
 - 21:30: Show Cultural: apresentação de Boi de Mamão com as crianças e adolescentes do CEACA
 - 22:00: Show Musical com Douglas Barbosa e Banda
- **25/06 - Sábado:**
 - 19:30: Missa da Unidade presidida pelo Pe. Lino Brunel (Administrador Diocesano)
 - 21:00: Show Cultural: apresentação do Casamento de Jeca com as crianças e adolescentes do CEACA
 - 21:30: Show com Musical Ronaldo Pinheiro
- **26/06 - Domingo:**
 - 08:00: Missa Festiva de S. João Batista e do S. C. de Jesus (Pe. Paulo Hosi)
 - 11:30: Venda de Galetos
 - 19:30: Santa Missa de Encerramento da Festa (Pe. Eduardo)
 - 20:50: Benção da Tradicional Fogueira de São João
 - 21:00: Show Pirotécnico (somente com luzes)
 - 21:30: Show com o Grupo Musical Art & Show

- Além das Missas, Apresentações Culturais e Shows, teremos todas as noites intenso serviço de barrquinhas com duas praças de alimentação, servindo: pinhão, quentão, cachorro quente, maça do amor, espetinho, caldinho de aipim, galetto. Como também as tradicionais barrquinhas de binguinho, roleta e pescaria. Participe!

06 - RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS NO PROJETO DA FESTA

Considerando o projeto global da festa e sabendo que a mesma é organizada integralmente com voluntários, teremos nos 4 dias de festa em media o trabalho voluntário de 150 pessoas por noite.

07 - GASTOS GERAIS: Planilha Orçamentária

Item	Orçamento			Total	Fornecedor
	Orçamento	Orçamento	Orçamento	(Menor Orçamento)	
	1	2	3		
Tendas, palco, portal e sonorização	R\$ 15.650,00	R\$ 16.450,00	R\$ 16.550,00	R\$ 15.650,00	TOP TENDAS SUL LTDA
Banheiros quimicos	R\$ 1.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 5040,00	R\$ 1.600,00	HIGIENELAR
Fogueira de São João (madeiras)	R\$ 3.000,00	R\$ 3.227,80,00	-	R\$ 3.000,00	CELAU ARMAÇÕES
Material Gráfico - cartazes e panfletos	R\$ 2.670,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.040,00	R\$ 2.670,00	GRAFICA HUMAITÁ
Fogos de artificio - somente luzes	R\$ 4.860,00	R\$ 5.200,00	-	R\$ 4.860,00	DALSASSO PIROTECNIA
Show com Henrique Pereira	R\$ 750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 750,00	Henrique Pereira
Show com Douglas Barbosa e Banda	R\$ 750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 750,00	Douglas Barbosa
Show com Musical Ronaldo Pinheiro	R\$ 750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 750,00	Ronaldo Pinheiro
Show Grupo Musical Art & Show	R\$ 750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 750,00	Jose Fernandes
TOTAL DO PROJETO	R\$ 30.780,00			R\$ 30.780,00	

08 - OUTRAS INFORMAÇÕES: Vale ressaltar que não há orçamento em relação as bandas musicais, por que elas receberão a titulo de colaboração um valor simbólico.

Show com Henrique Pereira	R\$ 750,00
Show com Douglas Barbosa e Banda	R\$ 750,00
Show com Musical Ronaldo Pinheiro	R\$ 750,00
Show com o Grupo Musical Art & Show	R\$ 750,00

09 – Diferença entre uma OSIP / ONG e um PARÓQUIA / MITRA DIOCESANA: segue em anexo o acordo Brasil x Santa Sé (Vaticano) Decreto nº 7.107, de 11 de Fevereiro de 2010 que regue o ordenamento jurídico das paróquias e dioceses. Por exemplo, o CEACA possui uma diretoria eleita e uma Associação – já a Paróquia é regida por ordenamento próprio e é presidida pelo Pároco que tem uma delegação do Bispo para representá-lo na região paroquial – esse documento chama-se PROVISÃO que não tem prazo de validade. Temos tambem o CNPJ como pessoa jurídica.

Artigo 3º A República Federativa do Brasil reafirma a personalidade jurídica da Igreja Católica e de todas as Instituições Eclesiásticas que possuem tal personalidade em conformidade com o direito canônico, desde que não contrarie o sistema constitucional e as leis brasileiras, tais como Conferência Episcopal, Províncias Eclesiásticas, Arquidioceses, Dioceses, Paróquias,

§ 1º. A Igreja Católica pode livremente criar, modificar ou extinguir todas as Instituições Eclesiásticas mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 2º. A personalidade jurídica das Instituições Eclesiásticas será reconhecida pela República Federativa do Brasil mediante a inscrição no respectivo registro do ato de criação, nos termos da legislação brasileira, vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro do ato de criação, devendo também ser averbadas todas as alterações por que passar o ato.

09 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO:

A Festa será realizada de 23 a 26 de junho de 2022.

10 – LOCAL DA REALIZAÇÃO:

Conforme croqui em anexo utilizaremos o Centro Social Pe. Hilario Puziski mais 700 m2 de tendas montadas no entorno da Igreja Matriz, a saber: Rua Padre Hilário Puziski e Rua Francisco de Souza Neves.

11 – Anexos:

11.1 – Cópia do Acordo Brasil x Santa Sé

11.2 – Cartaz da 62ª Festa de São João Batista

11.3 – Documentos da Paroquia:

11.3.1 - CNPJ

11.3.2 – ATO DECLARATÓRIO COM VALOR ESTATUTÁRIO

11.3.3 - PROVISÃO DO PÁROCO (documento que o nomeia e define as suas funções)

11.3.4 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

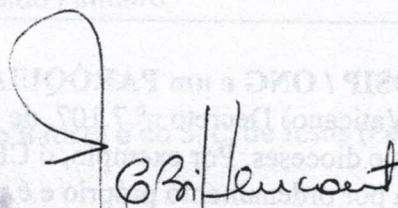
11.3.5 – CPF E RG DO RESPONSÁVEL (PÁROCO)

12 – ORÇAMENTOS

Este é o Plano de Trabalho da 62ª Festa de São João Batista que acontecerá de 23 a 26 de junho do corrente ano para celebrar a maior festa do nosso município e uma das maiores da região da AMUREL conforme comentários da própria SANTUR.

Agradecemos a parceria com a Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos. Desde já, antecipando os nossos agradecimentos.

Atenciosamente



Pe. José Eduardo Bitencourt

Pároco